

# **PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES SOBRE CONTEXTOS E CONSEQUÊNCIAS**

Theresa Adrião (proponente)

Universidade Estadual de Campinas/ Universidade Federal da Bahia/ Brasil

[theadriao@gmail.com](mailto:theadriao@gmail.com)

Selma Venco

Universidade Estadual de Campinas/ Brasil

[selma.venco@gmail.com](mailto:selma.venco@gmail.com)

Teise Garcia

[teise@ffclrp.usp.br](mailto:teise@ffclrp.usp.br)

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP/Brasil

Rui da Silva

Portugal

[rdasilva.email@gmail.com](mailto:rdasilva.email@gmail.com)

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Portugal

Rita Locatelli

[rita.locatelli@unicatt.it](mailto:rita.locatelli@unicatt.it)

Università Cattolica del Sacro Cuore, Milano, Cadeira UNESCO in “Education for Human Development and Solidarity among Peoples”/ Itália

## **Introdução**

Este Simpósio é integrado por investigadores vinculados a quatro instituições de pesquisa sediadas em três países (Brasil, Portugal e Itália) e tem por objetivo geral apresentar resultados de estudos que analisam aspectos da privatização da educação básica em diferentes âmbitos: Brasil, países da África francófona e esfera global

Para este fim, coloca-se em diálogo aportes teóricos distintos e metodologias de pesquisa também diferenciadas, estratégia considerada relevante para o entendimento de fenômenos em curso, tendo em vista a preocupação em identificar e examinar processos que se manifestam diferentemente.

Em comum, os trabalhos assentam-se em referenciais teóricos que localizam a amplificação dos processos de privatização da educação na disseminação de medidas apoiadas em perspectivas e programas neoliberais, as quais foram amplamente tratadas pela literatura crítica (HARVEY, 2005; HOBSBAWN, 1997; OFFE, 1989;

WOOD, 2003; KLEES, 2008, entre outros) e o diálogo com as iniciativas da Rede latino americana e africana de pesquisadores sobre privatização da educação (Relaapee).

Do neoliberalismo, os estudos sublinham a introdução do gerencialismo na gestão pública (BRESSER-PEREIRA, 1998, NEWMAN e CLARKE, 2012) e a racionalidade econômica como pilares constitutivos das políticas educacionais (MORAES, 2001).

A estes componentes das políticas analisadas associam-se a introdução da competitividade intra e interescolar, a propagação de programas educativos orientados pela escolha da escola (LUBIENSKI, 2005) e o avanço da precariedade nas relações de trabalho praticadas junto a docentes, cujas lacunas e o caráter de temporariedade enseja a participação de atores privados na escola.

No caso dos países considerados nos estudos que integram esta proposta, sua condição periférica de inserção no capitalismo agrega um quadro de restrição orçamentária e ampliação das disputas pelos fundos públicos. Tais elementos estimulam e são estimulados pela incidência de organização privadas em diferentes âmbitos, inclusive em instâncias globais, como anunciado para este Simpósio, e em diferentes cenários educacionais.

Considerando as implicações das políticas e estratégias em tela, as pesquisas discutem alterações nas relações de trabalho, nos processos e instâncias de decisão sobre as prioridades educacionais e na finalidade dos sistema educativos.

Partindo de pesquisas empíricas de natureza documental em fontes primárias acionadas por meio de busca referenciada nos *sites* governamentais e ou institucionais, os trabalhos analisam dados recentes, em sua perspectiva histórica, sobre políticas educacionais propostas ou operadas por organizações privadas em âmbito subnacional; nacional e global. Os estudos adotaram abordagens mistas (quali-quantitativa) para levantamento e tratamento das informações .

Em diálogo com alertas de Robertson e Dale (2008), a natureza de tais organizações, as estratégias por elas adotadas para sua incidência na definição de políticas educativas bem como o caráter globalizado e, por conseguinte, desterritorializado de tal incidência, também são considerados nos estudos.

## **Referencias**

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Editora 34, 1998.

HOBBSBAWN, Eric. A era dos extremos: O breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

WOOD, Ellen Meiksins; CASTANHEIRA, Paulo Cezar. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003

LUBIENSKI, C. (2005) School Choice as a Civil Right: District Responses to Competition and Equal Educational Opportunity, *Equity & Excellence in Education*, 38:4, 331-341, DOI: 10.1080/10665680500299809

NEWMAN, Janet, CLARKE, John. Gerencialismo. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/j/edreal/a/D9rWCZq8yqtBmtCTQSCjnPk/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 14.jul.2022.

STEVEN J. KLEES (2008) A quarter century of neoliberal thinking in education: misleading analyses and failed policies, *Globalisation, Societies and Education*, 6:4, 311-348, DOI: 10.1080/14767720802506672

ROBERTSON, SUSAN L. AND ROGER DALE, *Researching Education in a Globalising Era: Beyond Methodological Nationalism, Methodological Statism, Methodological Educationism and Spatial Fetishism*, published by the Centre for Globalisation, Education and Societies, University of Bristol, Bristol BS8 1JA, UK, available: <http://susanleerobertson.com/publications/>.

MORAES, R.C. Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai. São Paulo: SENAC, 2001

Considerando o cenário e a problemática expostos, este simpósio é constituído dos seguintes estudos:

### **1- Retratos do Brasil: avanços da precariedade entre professores da educação básica**

#### **Selma Venco**

A presente comunicação focaliza as relações de trabalho praticadas pelas secretarias estaduais de educação junto aos docentes da educação básica em três níveis: macro, que abarca os contratos temporários firmados em cada estado e Distrito Federal; meso,

o mesmo fenômeno é verificado no estado de São Paulo, um dos precursores no Brasil da lógica gerencialista orientada pela racionalidade econômica e pela política de resultados; e, micro, na Região Metropolitana de Campinas, com vistas a identificar a existência de algum padrão da precariedade praticado entre professores, segundo características socioeconômicas municipais, em especial a renda per capita, índices de vulnerabilidade social e de desenvolvimento humano. Mobiliza-se o conceito de precariedade com base em Robert Castel (1998) cuja contribuição destaca que a precariedade nas relações de trabalho conduz a um processo de precarização da vida posto estar, esse segmento, sujeito a trabalhos intermitentes, contratos por tempo determinado, tempo parcial, entre outros, cujo resultado será a inserção em uma população socialmente vulnerável.

Cingolani (2005) coaduna com a perspectiva do referido autor, na medida em que, para ele o vínculo de trabalho precário expõe os trabalhadores ao desemprego e a rendimentos inferiores em relação aos estáveis. A pesquisa, de caráter documental, com base nos microdados do Censo Escolar e das estatísticas oriundas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, permite afirmar que há um movimento crescente em todo o país, com raras exceções, pelo fim dos concursos públicos para professores da educação básica, ainda que essa seja a forma prevalente de contratação no país

## **2- Escolas privadas geridas por fundos de investimentos: aprofundamento da privatização da oferta educativa no Brasil.**

### **Theresa Adrião**

No Brasil, a educação é livre à iniciativa privada e as regulações para seu exercício limitam-se ao atendimento às diretrizes educacionais previstas pela legislação e pouco fiscalizadas pelo poder público. Respondendo pelo atendimento de cerca de 1/3 das matrículas na educação básica, este mercado educacional é profundamente desigual e estratificado - encontram-se estabelecimentos de ensino que cobram mensalidades em torno de U\$25 mensais a outros de U\$ 2mil; diferenciado - escolas confessionais, comunitárias e comerciais (Adrião, Morcazel e Oliveira, 2022) e pouco estudado. Nesta diferenciação e segmentação, a partir de 2010 (Adrião et al, 2009, e 2022) fundos de investimentos assumem escolas e inauguram um segmento de mercado educacional que mobiliza R\$ 60 bilhões em mensalidades escolares, segundo sócio da

Valora Investimentos. Este estudo analisa a incorporação de uma escola de elite e com histórico reconhecimento junto á comunidade acadêmica paulista, tendo em vista a introdução de perspectivas construtivistas nos 1980. Atendendo etapa de escolaridade obrigatória, a escola foi adquirida em 2017 pela BAHEMA EDUCAÇÃO S.A, sociedade por ações, listada no segmento Bovespa Mais, da B3 S.A (Brasil, Bolsa, Balcão) por R\$ 34 milhões, a Bahema tem como acionista controlador a família Affonso Ferreira, dona de cerca de 57,5% do capital. Considera-se aprofundamento da privatização da oferta educativa, tendo em vista a subordinação do funcionamento escolar a interesses de acionistas

BAHEMA. Estatuto Social, s/d.

BAHEMA EDUCAÇÃO S.A. Relatório do auditor independente Demonstrações contábeis individuais e consolidadas. 2021

ADRIÃO, T et al. Sistemas privados de ensino na educação pública brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

ADRIÃO, T. et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de "sistemas de ensino" por municípios paulistas. Educ. Soc. [online]. 2009, vol.30, n.108, p. 799-818

### **3- Os desafios da privatização na África francófona. Os resultados de uma investigação em cinco países**

#### **Rita Locatelli**

Esta proposta visa apresentar os principais desafios da privatização da educação na África francófona com base na investigação conduzida pela Réseau de Recherche Francophone sur la Privatisation de la Education em 2021 e 2022 em cinco países (Burkina Faso, Costa do Marfim, Marrocos, Níger e Togo) e apoiada pela Open Society Initiative For West Africa. Esta investigação foi dividida em quatro áreas: 1) a evolução do sector privado; 2) as características da prestação privada; 3) a demanda social; 4) as políticas públicas para a privatização.

A privatização está a ganhar ímpeto na África francófona. No entanto, tem sido feita muito pouca investigação sobre este processo para fornecer uma compreensão detalhada, e assim fornecer soluções políticas informadas. Este fenómeno relativamente recente difere de país para país no contexto político e institucional. Vários factores da oferta e da demanda explicam esta situação e a grande diversidade

dos operadores privados de educação na região. No entanto, esta diversidade continua subdocumentada. Torna-se, por conseguinte, relevante colocar uma reflexão estruturante sobre a privatização nesta região, centrando-se nos contextos nacionais, a fim de compreender a grande diversidade das suas formas.

Com base numa abordagem mista (métodos quantitativos/qualitativos), esta investigação teve em conta uma variedade de dimensões que foram comparadas entre os diferentes contextos e propôs várias recomendações destinadas principalmente às políticas educativas.

#### **4. Privatização da educação em países africanos: reflexão sobre os Planos Setoriais da Educação de 24 países**

##### **Rui da Silva**

As parcerias estão presentes no discurso e nas práticas no sector da educação, sendo que na atualidade, mais do que nunca, vivemos num contexto de parcerias. Assim, há uma proliferação de novas parcerias onde a relação entre os diferentes participantes não é hierárquica, reunindo atores públicos e privados do Norte Global e do Sul Global. Tendo este aspeto em consideração a presente comunicação irá refletir sobre os Planos Setoriais da Educação de 24 países africanos, elaborados como condição para o acesso aos fundos da Parceria Global para a Educação, e discutir sobre as principais tendências no âmbito da privatização da educação presentes nestes documentos. Iremos também colocar em evidência as diferenças e os pontos em comum entre os diferentes países (Burundi; Camarões; Chade; Comores; Costa do Marfim; Eritreia; Gâmbia; Guiné-Bissau; Libéria; Mali; Moçambique; Níger; Nigéria; Quênia; República Centro-Africana; República Democrática do Congo; República do Congo; Ruanda; Somália; Sudão; Sudão do Sul; Togo; Uganda; e Zimbábue). A análise realizada permite inferir que predomina a perspetiva da privatização da educação planejada em detrimento da de facto. Constatamos ainda que os documentos quando referem a gestão privada das escolas, por exemplo, estão a referir-se à comunidade/ país, mostrando a comparação entre os países tensões entre globalização e localização, e as condições sob as quais o global é localizado. É também possível identificar que parece existir uma estratégia de despolitização no desenvolvimento dos Planos Setoriais da Educação, tornando possível identificar uma fachada de precisão, uma fachada de racionalidade e uma fachada de universalidade.

## **5-Privatização da gestão educacional da Educação Básica: gestão de qualidade total, ator privado nas políticas educativas e precarização do controle social**

Teise Garcia

A privatização da gestão educacional e escolar na educação obrigatória brasileira, objeto deste trabalho, integra a pesquisa “Análise do mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública” (Adrião, et al, 2022) que analisou a privatização e da educação nos 26 estados e Distrito Federal, considerando três dimensões da política educacional: currículo, oferta de vagas e gestão da educação (Adrião, 2018). O que se apresenta como resultado da pesquisa em relação à gestão educacional é organizado aqui em três eixos: no primeiro deles, concentra-se a reflexão sobre o Programa Jovem de Futuro, PJF, programa com maior capilaridade em território nacional durante o período em análise (2005-2018) na dimensão gestão da educação. Presente em 11 estados da federação ao longo do período, o programa, implementado pelo Instituto Unibanco, instituição vinculada ao conglomerado Itaú Unibanco, incide sobre a gestão escolar em unidades que atendem o ensino médio, etapa obrigatória final da Educação Básica, voltada jovens entre 14 e 17 anos. O Programa traz para a organização do trabalho na escola modelos de ação oriundos da Gestão de Qualidade Total (Garcia, 2018, Balduino, 2020), concentra as atenções em resultados, promovendo, dentre outras ações, a formação de gestores escolares. Em uma perspectiva de preparação do jovem para o mercado, o PJF se propõe a redesenhar a gestão da escola pública e o perfil dos gestores por meio da formação oferecida. Ao longo da década em análise o programa ganha dimensão de política educacional, inserindo-se como parte de ação do governo federal, para depois dela retirar-se, buscando a consolidação no interior das políticas locais (Henriques, 2020). O segundo eixo de análise considera o ator privado, Instituto Unibanco e sua proposição de constituir o programa central desenvolvido em política de abrangência nacional. O terceiro eixo, finalmente, dialoga com as perspectivas de controle social sobre a atuação do ator privado (accountability). Embora a educação básica brasileira preveja instrumentos de colegiados de controle social, no âmbito das unidades e dos sistemas, identifica-se a pouca transparência e priorização de instrumentos gerenciais de controle do trabalho no âmbito das unidades escolares.